



A SUBSUNÇÃO DO TRABALHADOR AS NOVAS FORMAS DE CONTROLE DO CAPITAL FACE AO FENÔMENO DO DESEMPREGO

Angélica Luiza Silva Bezerra¹

RESUMO

Este artigo apresenta as formas de controle do capital sobre o trabalho mediante a intensificação do desemprego atual. Nosso interesse é demonstrar a situação e a condição dos trabalhadores sob a nova gestão do capital intensificando, neste processo, a fragmentação dos trabalhadores que são cada vez mais submetidos aos imperativos do sistema do capital com o aumento da competitividade, da concorrência e da flexibilização do trabalho.

Palavras-chave: Desemprego, Flexibilização, Controle, Fragmentação do Trabalho.

ABSTRACT

This article presents the forms of control of the capital on the work by means of the intensification of the current unemployment. Our interest is to demonstrate the situation and the condition of the workers under the new management of the capital intensifying, in this process, the fragmentation of the workers who are more and more subdued to the imperatives of the system of the capital with the increase of the competitiveness, of the competition and of the flexibilização of the work.

Keywords: Unemployment, Flexibilização, Control, Fragmentation of the Work.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. angelicamcz@yahoo.com.br



1. INTRODUÇÃO

Na atual conjuntura a discussão sobre a luta de classes passou a ser um tema secundário na maioria das produções, sobretudo, por estarmos vivenciando um aumento incontrolável da subsunção do trabalho ao capital mediante as mudanças no setor da produção. Para alguns autores, com as mudanças em curso, capitalistas e trabalhadores tornaram-se parceiros da nova forma de gestão da produção de riquezas na substituição dos confrontos. Esta realidade pode evidenciar a redução da exposição dos antagonismos que fundamentam a sociedade capitalista como Marx assinalou em várias de suas obras, no entanto, não elimina esses antagonismos, pelo contrário, o próprio Mészáros ressalta que a atual crise do capital pôs em evidências as contradições da sociedade capitalista.

Desde a década de 1970 a condição da classe trabalhadora não é mais a mesma, mediante as novas formas de controle que o sistema do capital encontra para responder suas contradições intrínsecas mediadas por uma crise diferenciada de épocas anteriores, a denominada crise estrutural do capital (Mészáros, 2002). Este tipo de crise pôs em evidência as contradições da ordem sociometabólica do sistema capitalista, sobretudo por desencadear uma série de mudanças na forma do desemprego, do trabalho precário e flexível, e perdas de direitos trabalhistas, além de propiciar a redução e talvez anulação de formas de resistência do operariado atual. Esta é uma contradição que a nosso ver pode deslocar a luta de classes para a resignação e o conformismo do conjunto da classe trabalhadora.

Com o agravamento do desemprego e da instabilidade no trabalho cada vez mais é frequente a tendência ao aumento da concorrência e competitividade, fornecendo as bases para o controle do trabalhador pelo próprio trabalhador. Esta nova contradição torna-se um dinamizador da produção capitalista.

Hoje, o fenômeno do desemprego consiste num instrumento de controle do capital sobre o trabalho, pois os trabalhadores se veem obrigados a trabalhar sob as desumanas condições impostas pelo capital. O “medo” do desemprego pode favorecer a fragmentação dos trabalhadores no sentido de minar a consciência de classe. A nosso ver, esta nova forma de relacionamento no trabalho é uma das formas do capital exercer o controle sob o trabalho. Deste modo, o objetivo deste artigo é apresentar as bases materiais que tornam o desemprego uma das formas de controle do capital sobre o trabalho e suas consequências



ao evidenciar a redução da resistência impulsionando o conformismo da classe trabalhadora na atual conjuntura.

2. O desemprego e o controle do capital sobre o trabalho: entre a competitividade e o consentimento da classe trabalhadora

Alguns autores esclarecem que o agravamento do desemprego mediado pela chamada crise estrutural do capital pode favorecer um aumento do controle da força de trabalho pelo capital, sobretudo por reduzir cada vez mais políticas e direitos sociais que foram conquistados pela classe trabalhadora ao longo da história. Hoje, presenciamos um significativo consentimento dos trabalhadores sobre as novas formas de gestão do trabalho, através do reestabelecimento da disciplina do trabalho, que a nosso ver são formas de responder a atual crise do capital. Neste processo, a concorrência e a competição são ainda mais intensificadas beneficiando os capitalistas, ao favorecer o controle do trabalho pelos próprios trabalhadores. Nas palavras de Giovani Alves: “Em virtude do incentivo à competição entre os operários, cada um tende a se tornar supervisor do outro” (2011, p.125). Esta realidade passa a ser constante em todas as áreas, tanto no setor produtivo, quando no setor de serviços.

Na atual conjuntura, as condições de sobrevivência e de trabalho são cada vez mais penalizadas, uma das expressões desta contradição são as condições e situações de assalariamento. Neste sentido, o valor do salário é reduzido ou acrescido mediante ao aumento ou redução da produtividade de trabalho, ou seja, o trabalhador ganha ou perde no valor de seu salário dependendo da produção, com isso o trabalhador passa a ser o responsável pela produtividade acarretando um nível ainda maior de exploração. Mediante a tais contradições, a tendência é o aumento da fragmentação do trabalho materializados pela competitividade, pela concorrência e pelo aumento do controle entre os próprios trabalhadores, a fim de garantir um aumento significativo da produtividade e consequentemente aumentar mesmo minimamente o salário do trabalhador. Esta é uma contradição que vem se intensificando a cada momento em que o capital tenta se reestruturar restando a submissão cada vez maior do trabalho ao capital. Esta forma de controle contribui para sedimentar novas formas de consentimento do trabalhador e mudanças no comportamento operário.



Podemos perceber que sob a nova forma das relações de trabalho – em que o salário do trabalho passa a ser conforme a produtividade na produção – os próprios trabalhadores intensificam sua própria exploração, restando a culpa por não atingir a meta da produção. Esta nova condição de exploração mina a luta de classes, pois a concentração do trabalhador gira em torno de como aumentar sua produção, assim aumentar o seu salário. Neste processo, “[...] as resistências, as rebeldias, as recusas, são completamente rejeitadas como atitudes contrárias ‘ao bom desempenho da empresa [...]’” (ANTUNES, 2009, p. 203).

Além das novas formas de gerenciar o trabalho, o aumento do desemprego, vem constituindo-se como uma das formas que aguça a competitividade e ao mesmo tempo a submissão do trabalhador empregado. Nas palavras de Antunes: “Por ‘medo do desemprego’ o trabalhador assalariado ‘consente’ maior nível de exploração da sua força de trabalho e renuncia a direitos sociais trabalhistas, por exemplo” (ANTUNES, 2009, p.125). O “medo” do desemprego e da instabilidade enfraquece a capacidade de luta e de formas de resistência da classe trabalhadora. “O medo tende a dissolver o sujeito e a subjetividade humana” (ANTUNES, 2009, p. 125).

Podemos perceber que a intensificação do fenômeno do desemprego tende a aumentar as contradições da sociedade capitalista, pois os que ainda permanecem na produção são ainda mais explorados mediante as mudanças no chamado mercado de trabalho. Neste processo, a qualidade total, tão bem assimilada pelo sistema capitalista é uma das formas de aumentar a exploração do trabalhador com prejuízo às relações de trabalho no interior da empresa. Esta realidade é incorporada pelo trabalhador para garantir a produção e um acréscimo no seu salário. Conforme Giovanni Alves (2011), “A retórica da qualidade total, imbuída do espírito do toyotismo, alcançou ampla difusão, apresentando-se como filosofia/técnica imprescindível ao bom desempenho das organizações, garantia da competitividade e da modernidade” (ALVES, 2011, p. 91). Esta é uma das formas de gerir a produção propiciando uma nova cultura conforme as mudanças em curso. O trabalhador passa a se adequar a essas mudanças e na sequência intensificar a competitividade, deixando de lado a solidariedade de classe.

Neste processo, os interesses da empresa impregnam a vida social dos homens nas suas relações mais íntimas, na sua vida cotidiana. Os trabalhadores torna-se cada vez mais adaptados pela lógica do sistema para não perderem seus empregos. O trabalhador passa a ser responsável pelo avanço da empresa, instigando-o a pensar a produção com mais



eficiência e eficácia. Sobre tais argumentos Alves defende que esta lógica captura a subjetividade do trabalhador em todos os níveis da vida social.

Outro indicador que desmobiliza a luta dos trabalhadores e as formas de resistência contra os imperativos da sociedade burguesa é que em tempos de crise estrutural são evitáveis respostas favoráveis ao trabalho, pois qualquer demanda não assimilada pelo sistema do capital como algo benéfico para o sistema é descartada como uma demanda não integrável. O capital só é capaz de responder a algumas contradições se estas gerarem benefícios para o próprio sistema e assegurarem o lucro da sua reprodução sociometabólica. Nos limites deste sistema é impossível qualquer solução imediata aguçando a passividade até o momento histórico. De acordo com nosso autor: “A novidade radical de nosso tempo é que o sistema do capital não está mais em posição de conceber absolutamente nada ao trabalho, em contraste com as aquisições reformistas do passado” (MÉSZÁROS, 2007, p. 157). Sobre tais argumentos Mézszáros também considera que:

No passado, até algumas décadas atrás, foi possível extrair do capital concessões aparentemente significativas – tais como os relativos ganhos para o movimento socialista (tanto sob a forma de medidas legislativas para a ação da classe trabalhadora como sob a de melhoria gradual do padrão de vida, que mais tarde se tornaram *reversíveis*), obtidos por meio de *organizações de defesa* do trabalhador: sindicatos e grupos parlamentares. O capital teve condições de conceder esses ganhos, que puderam ser *assimilados* pelo conjunto do sistema, e *integrados* a ele, e resultaram em vantagem produtiva para o capital durante o seu processo de auto expansão” (MÉSZÁROS, 2002, p.95)

Com as novas gerências de controle do capital sobre o trabalho, formas de resistência são cada vez mais reduzidas ou anuladas em alguns setores e quando há qualquer forma de mobilização – mesmo que de forma pontual – não são incorporadas pela empresa em nome do lucro. No passando as organizações dos trabalhadores forneceram de alguma maneira ganhos para o trabalho, no entanto, estes ganhos foram também assimilados produtivamente pelo capital. Isso quer dizer, a partir de Mézszáros, que as respostas ao trabalhador são favoráveis ao trabalho se aumentar a lucratividade do capital. No entanto, com a ativação dos limites absolutos do sistema mediados pela crise estrutural do capital, percebemos que até mesmo a luta por permanecer no emprego está sendo desconsiderada pelo sistema, esta realidade enfraquece a luta e facilita um aumento da desmobilização do trabalhador.

Tais problemas são ativados pela crise estrutural do capital ao impulsionar uma série de entraves a acumulação capitalista. É por isso que o sistema do capital tenta mais do que



nunca manipular o trabalhador até mesmo na sua vida cotidiana, ou nas palavras de Alves: “capturando sua subjetividade”. Deste modo, o capital é incapaz de considerações humanas. Conforme Mézáros: “Conhece apenas uma única maneira de administrar o tempo de trabalho: pela *máxima exploração do ‘tempo de trabalho necessário’ da força de trabalho empregada*, e ignora totalmente o *tempo disponível* existente na sociedade em geral, porque não pode daí extrair o lucro” (MÉSZÁROS, 2007, p. 158).

Destarte, o tempo é subordinado em proveito do sistema do capital; já o tempo livre é incompatível com os interesses do capital, portanto, o tempo “livre” do trabalhador é utilizado para pensar a produção capitalista. No entanto, de acordo com Mézáros, sem o tempo disponível

não é possível sequer suscitar a questão da emancipação dos indivíduos com relação à tirania das determinações fetichistas e das iniquidades gritantes. Mesmo a realização de nossos limitados objetivos exigirá a *mobilização de massa* das pessoas empregadas e *desempregadas*, orientada pela *solidariedade* com os problemas que todos somos obrigados a compartilhar, se não hoje, por certo amanhã (2007, p. 159).

É por isso que o sistema do capital tenta, a todo o momento, manter o seu controle sobre o trabalho, fundamental na fragmentação deste, visando anular a solidariedade entre os trabalhadores – tanto dos que estão inseridos na produção quanto dos que estão nas fileiras da superpopulação relativa, os desempregados.

Tendo em vista ao controle do capital cada vez mais ampliado sobre a subjetividade da classe trabalhadora, hoje torna-se um desafio o retorno do sindicato ao seu tradicional papel de mobilização e resistência dos trabalhadores. Como já esclarecemos acima, o que temos é uma fragmentação cada vez maior dos trabalhadores e desmobilização prejudicando a prática da greve – que ao longo da história constituiu um dos maiores instrumentos de luta dos trabalhadores:

[...] a fragmentação do proletariado exerce efeitos igualmente negativos sobre a prática de greve, reduzindo singularmente sua eficácia. O recurso a subcontratação (principalmente das empresas de serviços) permite, com frequência, que a empresa que utiliza essa mão-de-obra evite qualquer risco de conflito desse gênero, ou que repasse o risco à empresa que a fornece. Do mesmo modo, a cisão jurídica do coletivo de trabalho resultante do desenvolvimento do trabalho transitório torna mais difícil qualquer eventual apelo à greve (BIHN, 1999, p.103)

Portanto, muitas conquistas da classe operária são retiradas com duros cortes com o consentimento do trabalhador em troca de permanecer no processo produtivo e não cair nas fileiras do desemprego. Deste modo: “O trabalhador é encorajado a pensar ‘pró-ativamente’



e a encontrar soluções antes que os problemas aconteçam (o que tende a incentivar, no plano sindical, por exemplo, estratégias neocorporativas de cariz propositivo)” (ALVES, 2011, p.111). É uma condição que intensifica a exploração do trabalhador alicerçados tanto na coerção quanto no consentimento e manipulação do trabalho que vai além dos muros do local de trabalho, pois o trabalhador é a todo momento é “motivado” e “incentivado” a pensar a produção com eficiência para não prejudicar seu salário, ou até mesmo seu emprego. Este processo de manipulação não está apenas restrito na relação capital e trabalho, mas o trabalhador passa a ser controlado por outro trabalhador, como já esclarecemos acima.

A partir de tais argumento percebemos que o tempo de trabalho, a vida e a condição de trabalho na sociedade capitalista, pertence a autovalorização do capital. Esta valorização do capital, através do trabalho alienado, fragiliza o desenvolvimento das necessidades reais da humanidade. O trabalhador é, portanto, nada mais é que força de trabalho e todo o seu tempo pertence a valorização do capital. Sobre esta realidade Marx já havia demonstrado que o:

Tempo para a educação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o preenchimento de funções sociais, para o convívio social, para o jogo livre das forças vitais físicas e espirituais, mesmo o tempo livre de domingo – e mesmo no país do sábado santificado – pura futilidade! Mas em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por mais-trabalho, o capital atropela não apenas os limites máximos morais, mas também os puramente físicos da jornada de trabalho (MARX, 1984, p.211).

O capital usurpa o tempo necessário para o crescimento e desenvolvimento do homem e impulsiona o trabalhador como mero meio de produção, na sua ânsia desmedida por lucro, tratando o trabalhador como coisa e a coisa produzida humana. Não podemos deixar de citar os argumento de Marx ao tratar dos reflexos do aumento do trabalho no capitalismo:

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior numero de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens (2006, p.111).

Sobre a essência da subsunção do trabalho ao capital, Marx já tinha tratado que o trabalho no capitalismo não constitui uma satisfação humana, mas pelo contrário é um sacrifício, o trabalhador se sente em si fora do trabalho. Nas palavras do autor:



Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, o trabalho não é voluntário, mas imposto, é *trabalho forçado*. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de fazer outras necessidades. O trabalho externo, o trabalho em que o homem se aliena, é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de martírio. [...] finalmente, a exterioridade do trabalho para o trabalhador transparece no fato de que ele não é o seu trabalho, mas o de outro, no fato de que não lhe pertence, a si mesmo, mas a outro. Assim como na religião a atividade espontânea da fantasia humana, do cérebro e do coração humano, reage independentemente como uma atividade estranha, divina ou diabólica, sobre o indivíduo, da mesma maneira que a atividade do trabalhador não é a sua atividade espontânea. Pertence a outro e é a perda de si mesmo (2006, p.114).

Na atual conjuntura, até mesmo fora do trabalho, os homens são condicionados a pensar a produção, pois o ritmo de desempenho do trabalhador na empresa depende da entrega total do trabalhador aos imperativos do sistema. Mediante a esta contradição as formas de resistências estão enfraquecendo para serem substituídas pelo consentimento. Somente com a resistência e a união dos trabalhadores esta realidade pode ser revertida para o que a humanidade possa ser emancipada do jugo do controle do capital que penetra até mesmo as relações mais íntimas dos homens. Deste modo, a emancipação do trabalhador é também a emancipação da humanidade sob o jugo do capitalismo. A luta deve ser alicerçada para além de melhores salários ou a permanência no emprego – limites da luta na atual conjuntura, pois a luta por melhores salários não conduzirá a emancipação do trabalho.

3. CONCLUSÃO

A partir do exposto, constata-se que na atual conjuntura as condições de trabalho estão se agravando na medida em que as fases do capitalismo vão se complexificando como forma de responder suas crises. As resistências e lutas dos trabalhadores estão sendo cada vez mais anuladas ou substituídas pelo consentimento e submissão do trabalho mediadas pelo desemprego e a precarização do trabalho.

No entanto, não queremos dizer que a luta dos trabalhadores está fadada ao fracasso através da subsunção do trabalho ao capital mediatizadas pelo “medo” do desemprego, pois a própria dinâmica da realidade em curso irá demonstrar se a direção de desmobilização irá permanecer ou revertida em proveito do trabalho, pois as condições históricas também podem despertar formas de mobilização. Pois como assevera Mészáros (2002), o desemprego tende a produzir uma dinamite social, porque sua permanência perturba a reprodução social.



Deste modo, presenciemos um momento histórico contrarrevolucionário, em que o próprio desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, dos quais tratava Marx há um século, estão no momento de reversão da humanidade em geral, ou seja, a sociedade capitalista produz cada vez mais a desumanização do próprio homem. É por este motivo que não podemos perder de vista que a própria dinâmica da sociedade capitalista pôs em evidência seus efeitos negativos para o conjunto da humanidade, sobretudo na forma da destruição da natureza, da miséria, do desemprego. Estas contradições estão na pauta do dia, exigindo da humanidade uma mudança radical, para responder a tais antagonismos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. Trad. Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 1999.

MARX, K. **O capital**, São Paulo: Abril Cultural, 1984. Vol. I. Tomo 1.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. trad. Alex Martins, São Paulo: Martin Claret, 2006.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Trad. Paulo César e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. Trad. Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.